

SUMÁRIO

**TÍTULO I – DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE BIRITIBA MIRIM** **1**

<i>Capítulo</i>	<i>I - Das Disposições Gerais</i>	<i>1</i>
<i>Capítulo</i>	<i>II - Dos Beneficiários</i>	<i>2</i>
<i>Seção</i>	<i>I - Dos Segurados</i>	<i>2</i>
<i>Subseção</i>	<i>I - Da Inscrição</i>	<i>3</i>
<i>Subseção</i>	<i>II - Da Suspensão de Inscrição</i>	<i>3</i>
<i>Subseção</i>	<i>III - Do Cancelamento de Inscrição</i>	<i>4</i>
<i>Seção</i>	<i>II - Dos Dependentes</i>	<i>4</i>
<i>Subseção</i>	<i>I - Da Inscrição dos Dependentes</i>	<i>5</i>
<i>Subseção</i>	<i>II - Da Perda de Qualidade de Dependente</i>	<i>5</i>
<i>Capítulo</i>	<i>III - Da Base de Cálculo das Contribuições</i>	<i>6</i>
<i>Capítulo</i>	<i>IV - Da Contagem do Tempo de Contribuição</i>	<i>6</i>

TÍTULO II - DAS PRESTACÕES EM GERAL **7**

<i>Capítulo</i>	<i>I - Das Espécies de Prestações</i>	<i>7</i>
<i>Seção</i>	<i>I - Dos Benefícios</i>	<i>8</i>
<i>Subseção</i>	<i>I - Da Aposentadoria por Invalidez</i>	<i>8</i>
<i>Subseção</i>	<i>II - Da Aposentadoria Compulsória</i>	<i>10</i>
<i>Subseção</i>	<i>III - Da Aposentadoria por idade e tempo de contribuição</i>	<i>11</i>
<i>Subseção</i>	<i>IV - Da Aposentadoria Voluntária por Idade</i>	<i>11</i>
<i>Subseção</i>	<i>V - Da Aposentadoria Especial de Professor</i>	<i>12</i>
<i>Subseção</i>	<i>VI - Do Auxílio-Doença</i>	<i>12</i>
<i>Subseção</i>	<i>VII - Do Salário-Família</i>	<i>12</i>
<i>Subseção</i>	<i>VIII - Do Salário-Maternidade</i>	<i>14</i>
<i>Subseção</i>	<i>IX - Da Pensão</i>	<i>14</i>
<i>Subseção</i>	<i>X - Do Auxílio-Reclusão</i>	<i>17</i>
<i>Seção</i>	<i>II - Das Disposições Relativas às Prestações</i>	<i>18</i>
<i>Subseção</i>	<i>I - Do Abono de Permanência</i>	<i>18</i>

Subseção	II - Do pagamento dos benefícios	18
Capítulo	II - Do Cálculo dos Proventos de Aposentadoria	19
Capítulo	III - Das Regras de Transição	20
Capítulo	IV - Do Direito Adquirido	23
Capítulo	V - Da Gratificação Natalina.....	23
Capítulo	VI - Das Disposições Gerais	23
Seção	I - Dos Reajustes de Aposentadorias e Pensões	24

TÍTULO	III - PLANO DE CUSTEIO	24
---------------	-------------------------------	-----------

Capítulo	I - Da Contribuição do Segurado	25
Capítulo	II - Da Contribuição do Município	25
Capítulo	III - Da Arrecadação e Recolhimento das Contribuições	26

TÍTULO	III - DO I.P.S.P.M.B.M – BIRITIBA PREV	26
---------------	---	-----------

Capítulo	I - Da Criação, Natureza Jurídica, Sede e Foro.....	26
Capítulo	II - Da Administração	27
Capítulo	III - Do Conselho Municipal de Previdência “CMP”	29
Capítulo	IV - Da Eleição dos Conselheiros	32
Capítulo	V	
Seção	I - Do Patrimônio e das Receitas.....	33
Seção	II - Origens dos Recursos	34
Seção	III - Da Taxa de Administração	35
Capítulo	VI - Dos Registros Financeiro e Contábil.....	35
Capítulo	VII - Das Disposições Finais	36



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI COMPLEMENTAR N.º 10, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2.004

Dispõe sobre a reorganização do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim e dá outras providências.

ROBERTO PEREIRA DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BIRITIBA MIRIM, nos uso de suas atribuições

FAZ SABER QUE A CÂMARA DO MUNICÍPIO DE BIRITIBA MIRIM APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI.

TÍTULO I

DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIRITIBA MIRIM

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º. O Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim, organizado nos termos desta Lei, tem por finalidade assegurar, mediante contribuição, aos seus beneficiários:

I – os meios de subsistência nos eventos de doença, incapacidade, velhice, inatividade, falecimento e reclusão; e

II – proteção à maternidade e à adoção.

Art. 2º. O Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim, de caráter contributivo e solidário, e de filiação obrigatória, será mantido pelo Município, através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive pelas suas autarquias e fundações instituídas e pelos seus servidores ativos e inativos e pensionistas.

Art. 3º. O Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim reger-se-á pelos seguintes princípios:

I - universalidade de participação nos planos previdenciários;

II - irredutibilidade do valor dos benefícios;



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

III - vedação a criação, majoração ou extensão de qualquer benefício sem a correspondente fonte de custeio total;

IV - custeio da previdência social dos servidores públicos municipais mediante recursos provenientes, dentre outros, do orçamento dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações públicas e da contribuição compulsória dos segurados;

V - subordinação das aplicações de reservas, fundos e provisões garantidoras dos benefícios mínimos a critérios atuariais, tendo em vista a natureza dos benefícios;

VI - o valor mensal das aposentadorias e pensões não será inferior ao salário mínimo e nem superior ao subsídio do Prefeito, de acordo com o inciso XI do art. 37 da Constituição Federal;

VII - previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional.

CAPÍTULO II

Dos Beneficiários

Art. 4º. Os beneficiários do regime de previdência social, de que trata esta Lei, classificam-se como segurados e dependentes, nos termos das Seções I e II deste Capítulo.

SEÇÃO I

Dos Segurados

Art. 5º. Consideram-se segurados obrigatórios, os servidores públicos titulares de cargos efetivos vinculados à Administração direta, autárquica e fundacional, os inativos e os pensionistas.

§ 1º - Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social.

§ 2º - Até 15 de dezembro de 1998, o servidor público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão, de cargo temporário, de emprego público ou mandato eletivo poderia estar vinculado a regime próprio que assegurasse, no mínimo, aposentadoria e pensão por morte, nos termos definidos em lei do respectivo ente federativo.

§ 3º - O servidor estável abrangido pelo artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o admitido até 5 de outubro de 1988, que não tenham cumprido, naquela data, o tempo previsto para aquisição da estabilidade no serviço público, podem ser filiados ao regime próprio, desde que expressamente regidos pelo estatuto dos servidores do respectivo.



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 4º - O servidor estável de que trata o parágrafo anterior e que não esteja amparado pelo regime próprio é segurado do RGPS.

Art. 6º. Permanecerá vinculado ao regime de que trata esta Lei, aquele que for:

I – cedido para outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios ou dos Municípios, ainda que o regime previdenciário desses permita a filiação em tal condição;

II – cedido à empresa pública ou sociedade de economia mista; e

III – afastado ou licenciado do cargo efetivo para:

a) Tratar de interesses particulares;

b) O exercício de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal;

c) Desempenho de mandato classista;

d) Acompanhar cônjuge ou companheiro; ou

e) Qualquer espécie de licença sem remuneração.

§ 1º - Ao servidor de que trata o caput deste artigo, desde que não perceba remuneração, caberá manter a sua contribuição individual, bem como a contribuição do Município, para fins da contagem do respectivo tempo de contribuição.

§ 2º - O recolhimento das contribuições, para o regime de que trata esta Lei, nas hipóteses elencadas nos incisos I e II, deste artigo, correspondente à contribuição do Município e do servidor, é de responsabilidade do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício.

SUBSEÇÃO I

Da Inscrição

Art. 7º. A inscrição do servidor junto ao regime de previdência social, de que trata esta Lei, decorre automaticamente quando do seu ingresso no serviço público do Município de Biritiba Mirim.

Parágrafo único - Os servidores municipais mencionados no art. 5º que estejam em exercício no início da vigência desta Lei e regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos terão, suas inscrições procedidas automaticamente.

SUBSEÇÃO II

Da Suspensão de Inscrição



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 4º - O servidor estável de que trata o parágrafo anterior e que não esteja amparado pelo regime próprio é segurado do RGPS.

Art. 6º. Permanecerá vinculado ao regime de que trata esta Lei, aquele que for:

I – cedido para outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios ou dos Municípios, ainda que o regime previdenciário desses permita a filiação em tal condição;

II – cedido à empresa pública ou sociedade de economia mista; e

III – afastado ou licenciado do cargo efetivo para:

- a) Tratar de interesses particulares;
- b) O exercício de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal;
- c) Desempenho de mandato classista;
- d) Acompanhar cônjuge ou companheiro; ou
- e) Qualquer espécie de licença sem remuneração.

§ 1º - Ao servidor de que trata o caput deste artigo, desde que não perceba remuneração, caberá manter a sua contribuição individual, bem como a contribuição do Município, para fins da contagem do respectivo tempo de contribuição.

§ 2º - O recolhimento das contribuições, para o regime de que trata esta Lei, nas hipóteses elencadas nos incisos I e II, deste artigo, correspondente à contribuição do Município e do servidor, é de responsabilidade do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício.

SUBSEÇÃO I

Da Inscrição

Art. 7º. A inscrição do servidor junto ao regime de previdência social, de que trata esta Lei, decorre automaticamente quando do seu ingresso no serviço público do Município de Biritiba Mirim.

Parágrafo único - Os servidores municipais mencionados no art. 5º, que estejam em exercício no início da vigência desta Lei e regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos terão, suas inscrições procedidas automaticamente.

SUBSEÇÃO II

Da Suspensão de Inscrição



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 8º. O segurado que deixar de contribuir para o regime de previdência de que trata esta Lei, nos termos do § 1º do artigo 6º, por mais de três meses consecutivos, ou seis meses alternadamente, terá seus direitos suspensos até o restabelecimento e regularização das respectivas contribuições.

SUBSEÇÃO III

Do Cancelamento de Inscrição

Art. 9º. Será cancelada a inscrição do segurado que, não estando em gozo de benefício proporcionado por este regime de previdência, perder a condição de servidor público do Município de Biritiba Mirim.

SEÇÃO II

Dos Dependentes

Art. 10. Consideram-se dependentes do segurado, os beneficiários seguintes do regime de previdência social de que trata esta Lei:

I - o cônjuge, a companheira ou o companheiro;

II - o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido;

III - os pais;

IV - irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido.

§ 1º - A existência de dependentes mencionados nos incisos I e II, deste artigo, exclui do direito às prestações os dependentes previstos nos incisos III e IV.

§ 2º - O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada a dependência econômica.

§ 3º - Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que mantém a união estável com o segurado ou com a segurada.

§ 4º - União estável é aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou tenham filhos em comum, enquanto não se separarem.

§ 5º - A dependência econômica das pessoas mencionadas nos incisos I e II, deste artigo, é presumida, devendo ser comprovada a dos dependentes referidos nos incisos III e IV.

§ 6º - O companheiro ou a companheira homossexual de servidor ou servidora poderá integrar o rol dos dependentes, desde que comprovada a união estável



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

judicialmente, concorrendo para fins de pensão e de auxílio reclusão com os dependentes previstos nos incisos I e II.

SUBSEÇÃO I

Da Inscrição dos Dependentes

Art. 11. Incumbe ao segurado a inscrição de dependente junto ao regime de previdência social de que trata esta Lei a contar de seu ingresso no serviço público municipal.

§ 1º. É de responsabilidade do servidor a atualização de seus dados junto ao órgão gestor do regime de previdência social de que trata esta Lei.

§ 2º A inscrição de dependente inválido requer sempre a comprovação desta condição por inspeção médica.

§ 3º As informações referentes aos dependentes deverão ser comprovadas documentalmente.

§ 4º A perda da condição de segurado implica o automático cancelamento da inscrição de seus dependentes.

SUBSEÇÃO II

Da Perda de Qualidade de Dependente

Art. 12. A perda da qualidade de dependente ocorrerá:

I - para o cônjuge, pela separação judicial ou pelo divórcio, desde que não lhe tenha sido assegurada a percepção de alimentos, ou pela anulação do casamento com sentença transitada em julgado;

II - para o (a) companheiro (a), pela cessação da união estável com o segurado ou segurada, enquanto não lhe for garantida a percepção de alimentos;

III - para o filho e o irmão, de qualquer condição, ao completarem dezoito anos de idade, salvo se inválido, ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior;

IV - para os beneficiários economicamente dependentes, quando cessar essa situação;

V - para o inválido, pela cessação da invalidez;

VI - para o dependente em geral, pelo falecimento ou pela perda da qualidade de segurado por aquele de quem depende;

VII - pela exoneração ou demissão do servidor.



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

CAPÍTULO III

Da Base de Cálculo das Contribuições

Art. 13. Considera-se base de cálculo das contribuições, o valor constituído pelo vencimento ou subsídio de cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, dos adicionais de caráter individual ou demais vantagens de qualquer natureza, incorporadas ou incorporáveis, na forma de legislação específica, percebidas pelo segurado, excluídas:

- I - função de confiança;
- II - cargo em comissão;
- III - em razão do local de trabalho;
- IV - as diárias para viagens;
- V - a ajuda de custo;
- VI - as parcelas de caráter indenizatório;
- VII - o salário-família; e
- VIII - o abono de permanência.
- IX - remuneração de caráter temporário.

§ 1º - Nos casos dos incisos I, II e III, será incluída na base de cálculo das contribuições aquelas parcelas que integrarem a remuneração de contribuição do servidor, mediante opção expressa, que se aposentar com fundamento nos artigos 19, 20, 21, 23 e 243, conforme especificada em lei, respeitando o limite previsto no art. 40, § 2º da Constituição Federal;

§ 2º - O servidor efetivo investido em cargo em comissão que optar, exclusivamente, pela percepção da remuneração fixada para esse cargo terá como base de contribuição previdenciária o valor da remuneração inerente ao respectivo cargo efetivo.

§ 3º - Na hipótese de licenças ou ausências que importem em redução da base de cálculo das contribuições do servidor, considerar-se-á o valor que lhe seria devido caso não se verificasse as licenças ou ausências, na forma do disposto neste artigo.

§ 4º - A base de cálculo das contribuições no caso de inativos e de pensionistas equivale, respectivamente, aos valores dos proventos e das pensões.

CAPÍTULO IV

Da Contagem do Tempo de Contribuição



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 14. Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, hipótese em que os regimes de previdência social se compensarão financeiramente.

§ 1º - A compensação financeira será feita junto ao regime ao qual o servidor público esteve vinculado sem que dele receba aposentadoria ou tenha gerado pensão para seus dependentes, conforme dispuser a lei.

§ 2º - O tempo de contribuição previsto neste artigo é considerado para efeito de aposentadoria, desde que não concomitante com tempo de serviço público computado para o mesmo fim.

§ 3º - As aposentadorias concedidas com base na contagem de tempo de contribuição prevista neste artigo deverão evidenciar o tempo de contribuição na atividade privada ou o de contribuição na condição de servidor público titular de cargo efetivo, conforme o caso, para fins de compensação financeira.

Art. 15. O benefício resultante de contagem de tempo de serviço na forma deste Capítulo será concedido e pago pelo regime previdenciário responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela decorrente ao servidor público ou a seus dependentes, observada a respectiva legislação.

Art. 16. Na hipótese de acúmulo legal de cargos, o tempo de contribuição referente a cada cargo será computado isoladamente, não sendo permitida a contagem do tempo anterior a que se refere o art. 14, para mais de um benefício.

Art. 17. Para cálculo dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, será utilizada fração cujo numerador será o total desse tempo e o denominador, o tempo necessário à respectiva aposentadoria voluntária com proventos integrais, conforme art. 21, não se aplicando a redução de que trata a aposentadoria especial de professor art.23.

§ 1º - A fração de que trata o caput será aplicada sobre o valor dos proventos calculado conforme art. 43, observando-se previamente a aplicação do limite de que trata o art. 43, § 10.

§ 2º - Os períodos de tempo utilizados no cálculo previsto neste artigo serão considerados em número de meses.

TÍTULO II

Das Prestações em Geral

CAPÍTULO I

Das Espécies de Prestações



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 18. O regime de previdência social de que trata esta Lei, compreende as seguintes prestações:

I - quanto ao segurado:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria voluntária por tempo de contribuição;
- d) aposentadoria voluntária por idade;
- e) aposentadoria especial de professor;
- f) auxílio-doença;
- g) salário-família;
- h) salário-maternidade.

II - quanto ao dependente:

- a) pensão por morte;
- b) auxílio-reclusão.

§ 1º - Os benefícios serão concedidos nos termos e condições definidas nesta Lei, observadas, no que couber, às normas previstas na Constituição Federal, na legislação infraconstitucional em vigor no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim.

§ 2º - O recebimento indevido de benefícios havidos por fraude, dolo ou má-fé, implicará na devolução do valor total auferido, devidamente atualizado, sem prejuízo de ação penal cabível.

SEÇÃO I

Dos Benefícios

SUBSEÇÃO I

Da Aposentadoria Por Invalidez

Art. 19. O servidor será aposentado por invalidez permanente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se a invalidez for decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doenças graves, contagiosas ou incuráveis na forma da lei.



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 1º - O servidor será submetido à junta médica oficial, que atestará a invalidez quando caracterizada a incapacidade para o desempenho das atribuições do cargo ou verificada a impossibilidade de readaptação nos termos da lei.

§ 2º - A aposentadoria por invalidez será precedida de auxílio-doença de que trata o art. 24, por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.

§ 3º - Expirado o período do auxílio-doença e não se encontrando em condições de reassumir o cargo ou de ser readaptado, o servidor será aposentado, mediante perícia por uma junta médica oficial do instituto.

§ 4º - Acidente em serviço é aquele ocorrido no exercício do cargo, que se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

§ 5º - Equiparam-se ao acidente em serviço, para os efeitos desta Lei:

I - o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;

b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;

c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;

d) ato de pessoa privada do uso da razão; e

e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

III - a doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo;

IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de serviço:

a) na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;

b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao Município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

c) em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiada pelo Município dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado; e

d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

§ 6º - Nos períodos destinados à refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o servidor é considerado no exercício do cargo.

§ 7º - Doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o parágrafo segundo, são: tuberculose ativa; hanseníase; alienação mental; neoplasia maligna; cegueira; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; doença de Parkinson; espondiloartrose anquilosante; nefropatia grave; estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante); síndrome da deficiência imunológica adquirida - Aids; contaminação por radiação, neste caso, com base em conclusão da medicina especializada e hepatopatia grave.

§ 8º - O lapso compreendido entre a data de término do auxílio-doença e a data de publicação do ato da aposentadoria será considerado como prorrogação da licença.

§ 9º O ônus financeiro assim como o pagamento do auxílio-doença/licença por tratamento de saúde a que se referem os §§ 3º e 4º, deste artigo, serão de responsabilidade do Tesouro Municipal.

§ 10 - O servidor que retornar ao exercício laboral terá a aposentadoria por invalidez permanente cancelada.

§ 11 - É assegurado reajuste a desse benefício na forma do art. 56 desta lei.

§ 12 - A aposentadoria por invalidez vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato de concessão da aposentadoria.

§ 13 - A forma de cálculo desse benefício dar-se-á na forma do art. 43.

SUBSEÇÃO II

Da Aposentadoria Compulsória

Art. 20. O servidor será aposentado compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 1º - A aposentadoria compulsória será automática e declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço ativo.

Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 2º - É assegurado reajuste à desse benefício na forma do art. 56 desta lei.

§ 3º - A forma de cálculo desse benefício dar-se-á na forma do art. 43.

SUBSEÇÃO III

Da Aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição

Art. 21. O servidor fará jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos integrais, desde que preencha os seguintes requisitos, cumulativamente:

I - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;

II - tiver trinta e cinco anos de tempo de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público; e,

IV - tempo mínimo de cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

§ 1º - É assegurado o reajuste desse benefício na forma do art. 56 desta lei.

§ 2º - A aposentadoria de que trata este artigo vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato de concessão da aposentadoria.

§ 3º - A forma de cálculo desse benefício dar-se-á na forma do art. 43.

SUBSEÇÃO IV

Da Aposentadoria Voluntária por Idade

Art. 22. O servidor fará jus à aposentadoria voluntária por idade com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, desde que preencha cumulativamente:

I - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público;

II - tempo mínimo de cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria; e

III - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher;

§ 1º - É assegurado o reajuste desse benefício na forma do art. 56 desta lei.

§ 2º - A aposentadoria de que trata este artigo vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato de concessão da aposentadoria.

§ 3º - A forma de cálculo desse benefício dar-se-á na forma do art. 43.



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

SUBSEÇÃO V

Da Aposentadoria Especial de Professor

Art. 23. O professor que comprove, exclusivamente, tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, quando da aposentadoria prevista no art. 19, terá os requisitos de idade e de tempo de contribuição reduzidos em cinco anos.

§ 1º - Considera-se como de efetivo exercício na função de magistério a atividade docente do professor exercida exclusivamente em sala de aula

§ 2º - É assegurado o reajuste desse benefício na forma do art. 56 desta lei

§ 3º - A aposentadoria de que trata este artigo vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato de concessão da aposentadoria.

§ 4º - A forma de cálculo desse benefício dar-se-á na forma do art. 43.

SUBSEÇÃO VI

Do Auxílio-Doença

Art. 24. O auxílio-doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para o trabalho por mais de sessenta dias consecutivos e consistirá no valor de sua última remuneração referência contributiva.

§ 1º - O auxílio-doença será precedido de inspeção médica.

§ 2º - Findo o prazo do benefício, o segurado será submetido à nova inspeção médica, que concluirá pelo retorno ao serviço, pela prorrogação do auxílio-doença, pela readaptação ou pela aposentadoria por invalidez.

§ 3º - Nos primeiros sessenta dias consecutivos de afastamento do segurado por motivo de doença, é responsabilidade do Município.

§ 4º - Se concedido novo benefício decorrente da mesma doença, dentro dos noventa dias seguintes à cessação do benefício anterior, este será prorrogado, ficando o município desobrigado do pagamento relativo aos primeiros sessenta dias.

§ 5º - O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para o exercício do seu cargo ou de readaptação deverá ser aposentado.

SUBSEÇÃO VII

Do Salário-Família



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 25. Será devido o salário-família, mensalmente, ao segurado que tenha remuneração ou subsídio igual ou inferior a R\$ 586,19 (quinhentos e oitenta e seis reais e dezenove centavos), por filho ou equiparados, de qualquer condição, de até quatorze anos de idade ou inválidos, da seguinte forma:

I – o valor da cota de R\$ 20,00 (vinte reais) para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais);

II – R\$ 14,09 (catorze reais e nove centavos) para o segurado com remuneração mensal superior a R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais) e igual ou inferior a R\$ 586,19 (quinhentos e oitenta e seis reais e dezenove centavos).

§ 1º - O valor limite referido no *caput* será corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§ 2º - Consideram-se dependentes econômicos para efeitos de percepção do salário-família, os filhos ou equiparados de até quatorze anos de idade ou inválidos ou incapazes.

§ 3º - Quando pai e mãe forem segurados do Regime de que trata esta lei, ambos terão direito ao salário-família.

§ 4º - O valor limite mencionado no *caput* será corrigido pelos mesmo índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§ 5º - Em caso de divórcio ou separação judicial dos pais ou abandono legalmente caracterizado ou perda de pátrio poder, o salário-família passará a ser pago diretamente àquele a cujo encargo ficar o sustento do menor.

§ 6º - O direito ao salário-família cessa automaticamente:

I - por morte do filho ou equiparado, a contar do mês seguinte ao do óbito;

II - quando o filho ou equiparado completar quatorze anos de idade, a contar do mês seguinte ao da data do aniversário;

III - pela recuperação da capacidade do filho ou equiparado inválido ou incapaz, a contar do mês seguinte ao da cessação da invalidez ou incapacidade;

IV - pelo falecimento, exoneração ou demissão do servidor; ou

V - quando a remuneração do servidor ou os proventos do aposentado ultrapassarem o valor previsto no *caput* deste artigo.



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

SUBSEÇÃO VIII

Do Salário-Maternidade

Art. 26. O salário-maternidade é devido à segurada, por cento e vinte dias consecutivos, com início entre vinte e oito dias antes do parto e a data de ocorrência deste.

§ 1º - O salário-maternidade consistirá numa renda mensal igual ao subsídio ou remuneração da segurada.

§ 2º - Em caso de aborto não criminoso, comprovado mediante atestado médico, a segurada terá direito ao salário-maternidade correspondente a duas semanas.

§ 3º - O salário-maternidade não poderá ser acumulado com benefício por incapacidade.

§ 4º - A segurada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção é devido salário-maternidade pelo período de:

- I - cento e vinte dias, se a criança tiver até um ano de idade;
- II - sessenta dias, se a criança tiver entre um e quatro anos de idade; e
- III - trinta dias, se a criança tiver de quatro a oito anos de idade.

SUBSEÇÃO IX

Da Pensão

Art. 27. A pensão por morte consistirá numa importância mensal conferida ao conjunto dos dependentes do segurado quando do seu falecimento e será devida a partir:

- I - do dia do óbito, se requerida até trinta dias da data de sua ocorrência.
- II - da data do requerimento, quando requerida após 30 dias da data do óbito;
- III - da data da decisão judicial, no caso de declaração de ausência; ou
- IV - da data da ocorrência do desaparecimento do segurado por motivo de acidente, desastre ou catástrofe, mediante prova idônea.

Parágrafo único - É assegurado reajuste a esse benefício na forma do art. 56 desta lei.

Art. 28. Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nos seguintes casos:

- I - sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente; e



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

II - desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.

Parágrafo único - A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado ausente ou deve ser cancelada com reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

Art. 29. Ressalvado o direito adquirido, as pensões concedidas em decorrência de óbitos ocorridos a partir 20.02.2004, será igual a:

I - o valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido no art. 201 da Constituição Federal, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou

II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido no art. 201 da Constituição Federal, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

Parágrafo único. O limite máximo estabelecido no art. 201 da Constituição Federal, de que trata os incisos I e II, deste artigo, previsto no art. 5º da Emenda Constitucional n.º 41 foi fixado em R\$ 2.508,72 (dois mil e quinhentos e oito reais e setenta e dois centavos), devendo, a partir da data de publicação dessa Emenda, ser reajustado de forma a preservar, em caráter permanente, seu valor real, atualizado pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.

Art. 30. Observado o disposto no art. 10, as pensões distinguem-se, quanto à natureza, em vitalícias e temporárias.

§ 1º - A pensão vitalícia é composta de cota ou cotas permanentes, que somente se extinguem ou reverterem com a morte de seus beneficiários.

§ 2º - A pensão temporária é composta de cota ou cotas que podem se extinguir ou reverter por motivo de morte, cessação de invalidez, emancipação ou maioridade do beneficiário.

Art. 31. Ocorrendo habilitação às pensões vitalícia e temporária, metade do valor caberá ao titular ou titulares da pensão vitalícia, sendo a outra metade rateada em partes iguais, entre os titulares da pensão temporária.

§ 1º - Ocorrendo habilitação somente à pensão temporária, o valor integral da pensão será rateada em partes iguais entre os que se habilitarem.

§ 2º - Reverterá em favor dos demais dependentes à parte daquele cujo direito à pensão cessar.

§ 3º - O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou a companheira, que somente fará jus ao benefício mediante prova de dependência econômica.

Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 4º - A habilitação posterior que importe inclusão ou exclusão de dependente só produzirá efeitos a contar da data da inscrição ou habilitação.

§ 5º - Serão revertidos em favor dos dependentes e rateados entre eles à parte do benefício daqueles cujo direito à pensão se extinguir.

§ 6º - O pensionista beneficiário da pensão por morte presumida deverá anualmente declarar que o segurado permanece desaparecido, ficando obrigado a comunicar imediatamente ao gestor do Biritiba Prev o reaparecimento deste, sob pena de ser responsabilizado civil e penalmente pelo ilícito.

Art. 32. A cota da pensão será extinta:

I – pela morte do pensionista;

II – para o pensionista menor de idade, ao completar vinte e um anos, salvo se inválido, ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior;

III – pela cessação da invalidez.

Parágrafo único. Com a extinção do direito do último pensionista extinguir-se-á a pensão.

Art. 33. A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, observada a prescrição disposta no art. 54.

Art. 34. Não faz jus à pensão o dependente condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.

Art. 35. Será admitido o recebimento, pelo dependente, de até duas pensões no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social, exceto a pensão deixada por cônjuge, companheiro ou companheira, quando só será permitida a percepção de uma, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa.

Parágrafo único - A soma do valor das pensões cumuladas, não poderá ultrapassar o teto do Poder a que estava vinculado o segurado.

Art. 36. A condição legal de dependente, para fins desta Lei, é aquela verificada na data do óbito do segurado, observados os critérios de comprovação de dependência.

Parágrafo único - A invalidez ou a alteração de condições quanto ao dependente, supervenientes à morte do segurado, não darão origem a qualquer direito à pensão

Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

SUBSEÇÃO X

Do Auxílio-Reclusão

Art. 37. O auxílio-reclusão consistirá numa importância mensal, concedida aos dependentes do servidor segurado recolhido à prisão que tenha remuneração inferior a R\$ 586,19 (quinhentos e oitenta e seis reais e dezenove centavos, que não perceber remuneração dos cofres públicos e corresponderá à última remuneração do segurado no cargo efetivo.

§ 1º O valor limite referido no *caput* será corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do RGPS.

§ 2º O auxílio-reclusão será rateado em cotas-partes iguais entre os dependentes do segurado.

§ 3º O auxílio-reclusão será devido a contar da data em que o segurado preso deixar de perceber dos cofres públicos.

§ 4º Na hipótese de fuga do segurado, o benefício será restabelecido a partir da data da recaptura ou da reapresentação à prisão, nada sendo devido aos seus dependentes enquanto estiver o segurado evadido e pelo período da fuga.

§ 5º Para a instrução do processo de concessão deste benefício, além da documentação que comprovar a condição de segurado e de dependentes, serão exigidos:

I - documento que certifique o não pagamento da remuneração ao segurado pelos cofres públicos, em razão da prisão; e

II - certidão emitida pela autoridade competente sobre o efetivo recolhimento do segurado à prisão e o respectivo regime de cumprimento da pena, sendo tal documento renovado trimestralmente.

§ 6º Caso o segurado venha a ser ressarcido com o pagamento da remuneração correspondente ao período em que esteve preso, e seus dependentes tenham recebido auxílio-reclusão, o valor correspondente ao período de gozo do benefício deverá ser restituído ao FPS pelo segurado ou por seus dependentes, aplicando-se os juros e índices de correção incidentes no ressarcimento da remuneração.

§ 7º Aplicar-se-ão ao auxílio-reclusão, no que couberem, as disposições atinentes à pensão por morte.

§ 8º Se o segurado preso vier a falecer na prisão, o benefício será transformado em pensão por morte.



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO II

Das Disposições Relativas às Prestações

SUBSEÇÃO I

Do Abono de Permanência

Art. 38. O segurado que preencher os requisitos para aposentadoria, constantes das alíneas “a”, “c”, “d” e “e” do inciso I, do art. 18 desta Lei, e optar por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, até completar as exigências para aposentadoria compulsória prevista no art. 18 desta Lei.

§ 1º - O abono previsto no *caput* será concedido, nas mesmas condições, ao servidor que, até 31 de dezembro de 2003, tenha cumprido todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais, com base nos critérios da legislação então vigente, como previsto no art. 48, desde que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos, se homem.

§ 2º - O recebimento do abono de permanência pelo servidor que cumpriu todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais em qualquer das regras previstas nos artigos. 21, 23, 45 e 48, conforme previsto no *caput* e § 1º, não constitui impedimento à concessão do benefício de acordo com outra regra, inclusive a prevista no art. 44, desde que cumpridos os requisitos previstos para a hipótese.

§ 3º - O valor do abono de permanência será equivalente ao valor da contribuição efetivamente descontada do servidor, ou recolhida por este, relativamente a cada competência.

§ 4º - O pagamento do abono de permanência é de responsabilidade do respectivo ente federativo e será devido a partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício conforme disposto no *caput* e § 1º, mediante opção expressa pela permanência em atividade.

SUBSEÇÃO II

Do pagamento dos benefícios

Art. 39. Os benefícios serão pagos em prestações mensais e consecutivas até o 5º dia do mês subsequente ao da ocorrência do respectivo fato gerador.

Parágrafo único. Sem prejuízo do direito aos benefícios, prescreve em dez anos o direito de pretender o abono de permanência em atividade.



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 40. Os benefícios devidos serão pagos diretamente aos aposentados, pensionistas e aos dependentes, ressalvados os casos de menores de idade, ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção, quando serão pagos a tutor ou a procurador, conforme o caso, sendo que para este último o mandato não terá prazo superior a seis meses, podendo ser renovado por igual período.

Parágrafo único. O benefício devido ao dependente civilmente incapaz será pago ao seu representante legal, admitindo-se, na falta deste, e por período não superior a seis meses, o pagamento a herdeiro legítimo, civilmente capaz, mediante termo de compromisso firmado no ato do recebimento.

Art. 41. O valor não recebido em vida pelo beneficiário só será pago a seus dependentes habilitados na forma do art. 10 ou na falta deles, a seus sucessores nos termos da legislação civil, independentemente de inventário ou arrolamento.

Art. 42. Salvo quanto ao desconto autorizado por esta Lei, ou derivado da obrigação de prestar alimentos, reconhecida em sentença judicial, o benefício não pode ser objeto de penhora, arresto ou seqüestro, sendo nula de pleno direito a sua venda ou cessão, ou a constituição de qualquer ônus sobre ele, bem como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para o seu recebimento.

CAPÍTULO II

Do Cálculo dos Proventos de Aposentadoria

Art. 43. No cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo de qualquer dos poderes do Estado, salvo a hipótese de aposentadoria do art. 44, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º - Para os efeitos do disposto no *caput*, serão utilizados os valores das remunerações que constituíram base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência, independentemente do percentual da alíquota estabelecida ou de terem sido estas destinadas para o custeio de apenas parte dos benefícios previdenciários.

§ 2º - Nas competências a partir de julho de 1994, em que não tenha havido contribuição para regime próprio, à base de cálculo dos proventos será a remuneração do servidor no cargo efetivo, inclusive no período em que houve isenção de contribuição ou afastamento do cargo, desde que o respectivo afastamento seja considerado como de efetivo exercício.

§ 3º - Na ausência de contribuição do servidor não titular de cargo efetivo vinculado a regime próprio até dezembro de 1998, será considerada a sua remuneração no cargo ocupado no período correspondente.



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 4º - As maiores remunerações de que trata o *caput* serão definidas depois da aplicação dos fatores de atualização e da observância, mês a mês, dos limites estabelecidos no § 5º.

§ 5º - Na determinação do número de competências correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo de que trata o *caput*, desprezar-se-á a parte decimal.

§ 6º - Se a partir de julho de 1994 houver lacunas no período contributivo do segurado por ausência de vinculação a regime previdenciário, esse período será desprezado do cálculo de que trata este artigo.

§ 7º - As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do regime geral da previdência social conforme portaria editada mensalmente pelo MPS.

§ 8º - Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado ou, na falta daquele, por outro documento público, sendo passíveis de confirmação as informações fornecidas.

§ 9º - Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, depois de atualizadas na forma do § 1º, não poderão ser:

I - inferiores ao valor do salário mínimo;

II - superiores aos valores dos limites máximos de remuneração no serviço público do respectivo ente; ou

III - superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao regime geral de previdência social.

§ 10 - Os proventos, calculados de acordo com o *caput*, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

CAPÍTULO III

Das Regras de Transição

Art. 44. Ressalvado o direito de opção às aposentadorias dos artigos 21 e 45, o segurado que tenha ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003, fará jus à aposentadoria voluntária por tempo de contribuição com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no art. 23, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO



I - sessenta anos de idade, se homem, e cinqüenta e cinco anos de idade, se mulher;

II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

§ 1º - É assegurado reajuste ao benefício descrito no caput na forma do art. 57 desta lei.

§ 2º - A aposentadoria de que trata este artigo vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato de concessão da aposentadoria.

Art. 45. É assegurado o direito de opção pela aposentadoria voluntária com proventos calculados na forma prevista no art. 40, § 3º da Constituição Federal, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública direta, autárquica e fundacional, até a data da publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1.998, quando o servidor preencher os seguintes requisitos, cumulativamente:

I - tiver cinqüenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação daquela Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea a deste inciso.

§ 1º - O servidor, de que trata este artigo, que cumprir as exigências para aposentadoria na forma dos incisos acima, terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo art. 40, § 1º, III, a, e § 5º da Constituição Federal, na seguinte proporção:

I - três inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma prevista nos incisos acima até 31 de dezembro de 2005;

II - cinco por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma prevista nos incisos acima a partir de 1º de janeiro de 2006.



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 2º - O número de anos antecipados na forma do § 1º será verificado no momento da concessão do benefício.

§ 3º - Os percentuais de redução de que tratam os incisos I e II do § 1º serão aplicados sobre o valor calculado segundo o art. 43, verificando-se previamente a observância ao limite previsto no § 9º do mesmo artigo.

§ 4º - Aplica-se ao magistrado e ao membro do Ministério Público e de Tribunal de Contas o disposto neste artigo.

§ 5º - Na aplicação do disposto no parágrafo anterior, o magistrado ou o membro do Ministério Público ou de Tribunal de Contas, se homem, terá o tempo de serviço exercido até 16 de dezembro de 1998, contado com acréscimo de dezessete por cento, observando-se o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º.

§ 6º - É assegurado reajuste a esse benefício na forma do art. 56 desta lei.

§ 7º - Na aplicação do disposto no caput, o segurado professor, que, até 15 de dezembro de 1998, tiver ingressado, por concurso público de provas ou de provas e títulos em cargo efetivo de magistério e que optar por se aposentar terá o tempo de serviço exercido até essa data contado com acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que venha a se aposentar exclusivamente com o tempo de efetivo exercício das funções de magistério, nos termos do art. 23.

§ 8º - O segurado professor que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério na União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, e que opte por aposentar-se na forma do disposto no *caput*, terá o tempo de serviço, exercido até a publicação daquela Emenda, contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º.

§ 9º - As aposentadorias concedidas conforme este artigo, serão reajustadas de acordo com o disposto no art. 56.

Art. 46. A vedação prevista no § 10 do art. 37, da Constituição Federal, não se aplica aos membros de qualquer dos poderes e aos inativos, servidores e militares, que, até 15 de dezembro de 1998, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o art. 40 da Constituição Federal, aplicando-se-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 deste mesmo artigo.

Art. 47. O tempo de serviço, considerado pela legislação vigente, para efeito de aposentadoria, será contado como tempo de contribuição, excluído o tempo fictício.



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

CAPÍTULO IV

Do Direito Adquirido

Art. 48. É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos segurados e seus dependentes, que, até 31 de dezembro de 2003, tenham cumprido os requisitos para a obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

Parágrafo único - Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos segurados referidos no *caput*, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até 31 de dezembro de 2003, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas às prescrições nela estabelecidas para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.

CAPÍTULO V

Da Gratificação Natalina

Art. 49. A gratificação natalina será devida aos servidores aposentados e pensionistas em valor equivalente ao respectivo benefício referente ao mês de dezembro de cada ano, acrescido de abono conforme determina o artigo 2º da Lei Municipal 463 de 18 de dezembro de 1986.

§ 1º - Na hipótese da ocorrência de fato extintivo do benefício, o cálculo da gratificação natalina obedecerá à proporcionalidade da manutenção do benefício no correspondente exercício, equivalendo cada mês decorrido, ou fração de dias superior a quinze, a 1/12 (um doze avos).

§ 2º - A gratificação de que trata o *caput* deste artigo poderá ser paga antecipadamente dentro do exercício financeiro a ela correspondente, desde que autorizada pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais

Art. 50. Para fins de concessão de aposentadoria pelo Regime Próprio da Previdência Social é vedada a contagem de tempo de contribuição fictício.

Art. 51. Ressalvadas as aposentadorias decorrentes de cargos acumuláveis na forma do artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, será vedada a percepção de mais de uma aposentadoria por conta do Regime Próprio da Previdência Social.

Art. 52. Será computado, integralmente, o tempo de contribuição no serviço público federal, estadual, distrital e municipal, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como o tempo de contribuição junto ao Regime Geral de Previdência Social, na forma da lei.

Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 53. Concedida a aposentadoria ou a pensão, será o ato publicado e encaminhado, pela Unidade Gestora, ao Tribunal de Contas para homologação.

Parágrafo único: Caso o ato de concessão não seja homologado pelo Tribunal de Contas, o processo de benefício será imediatamente revisto e promovidas as medidas jurídicas e judiciais pertinentes, se necessários.

Art. 54. Prescreve em dez anos a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação do beneficiário para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pelo Regime Próprio de Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

Art. 55. O segurado aposentado por invalidez permanente e o dependente inválido, independentemente da sua idade, deverão, sob pena de suspensão do benefício, submeter-se anualmente a exame médico a cargo do órgão competente.

Seção I

Dos Reajustes de Aposentadorias e Pensões

Art. 56. As aposentadorias que tratam as alíneas “a” a “e” do inciso I e alínea “a” do inciso II, ambos do art. 18, será assegurado o reajustamento desses benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

Parágrafo único - Para efeitos deste artigo, sob pena de responsabilidade, qualquer modificação na remuneração e nos subsídios dos segurados em atividade, bem como nos planos de carreiras respectivos, para sua eficácia, deverá ser precedida de estudo atuarial para a necessária compatibilização das modificações com os respectivos planos de custeio.

Art. 57. Para a aposentadoria voluntária por tempo de contribuição que trata o art. 44 desta lei, será assegurado o reajustamento neste caso, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, na forma da lei, observado o disposto no art. 37, inciso XI da Constituição Federal.

TÍTULO III

Plano de Custeio

Art. 58. O regime de previdência estabelecido por esta Lei é custeado mediante recursos de contribuições do Município de Biritiba Mirim, através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações e dos segurados ativos, inativos e pensionistas, bem assim por outros recursos que lhe forem atribuídos, na forma dos Capítulos I e II deste Título.

Parágrafo único - O plano de custeio descrito no caput deste artigo deverá ser revisto, a cada exercício, objetivando atender às limitações impostas pela legislação vigente.



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

CAPÍTULO I

Da Contribuição do Segurado

Art. 59. Constituirá fato gerador das contribuições para o regime de previdência do Município, a percepção efetiva ou a aquisição pelo segurado da disponibilidade econômica ou jurídica de remuneração, a qualquer título, inclusive de subsídios, oriundos dos cofres públicos municipais ou das autarquias e das fundações públicas, tomando-se como base de cálculo as parcelas previstas no art. 13.

§ 1º - A contribuição mensal dos segurados para o regime de previdência de que trata esta Lei, obedecerá, para efeito de incidência, a alíquota definida em lei específica.

§ 2º - Para o cálculo das contribuições incidentes sobre a gratificação natalina, será observada a mesma alíquota.

§ 3º - No caso de inexistência ou suspensão de remuneração, caberá ao segurado a obrigação de recolhimento diretamente ao Biritiba Prev das contribuições pessoais e patronais, considerando a base de cálculo prevista no art. 13.

CAPÍTULO II

Da Contribuição do Município

Art. 60. A contribuição do Município de Biritiba Mirim, através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações, para o Biritiba Prev, não poderá exceder, a qualquer título, o dobro da contribuição do segurado.

Parágrafo único - A alíquota de contribuição de que trata o *caput* deste artigo será definida em lei específica.

Art. 61. O Município é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras apuradas atuarialmente no regime de previdência, na forma da Lei Orçamentária Anual.

Art. 62. O aporte adicional previsto atuarialmente, assim como as transferências referentes à amortização de eventuais déficits verificados no regime de previdência do Município, não serão computados para efeito da limitação de que trata o art. 66.

Parágrafo único - O déficit atuarial apurado na data de criação do Instituto/Fundo poderá ser amortizado em até 35 (trinta e cinco) anos, cujo saldo remanescente será atualizado pela variação do IGP-DI, verificada entre a data da apuração e do efetivo recolhimento, acrescidos da taxa de juros reais de 6% (seis por cento) ao ano.

Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 63. A contribuição social do Município, através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações públicas, para o Biritiba Prev será constituída de recursos adicionais do Orçamento Fiscal, fixados obrigatoriamente na Lei Orçamentária Anual.

CAPITULO III

Da Arrecadação e Recolhimento das Contribuições

Art. 64. A arrecadação e o recolhimento mensal das contribuições ou de outras importâncias devidas ao regime de previdência do Município pelos segurados, pelo ente público ou pelo órgão que promover a sua retenção, deverão ser efetuados ao Biritiba Prev até o quinto dia do mês subsequente ao da ocorrência do respectivo fato gerador.

Art. 65. O encarregado de ordenar ou de supervisionar a retenção e o recolhimento das contribuições dos segurados devidos ao regime de previdência do Município criado por esta Lei que deixar de as reter ou de as recolher, no prazo legal, será objetiva e pessoalmente responsável, na forma prevista no artigo 135, incisos II e III, do Código Tributário Nacional, pelo pagamento dessas contribuições e das penalidades cabíveis, sem prejuízo da sua responsabilidade administrativa, civil e penal, pelo ilícito que eventualmente tiver praticado e da responsabilidade do Poder, órgão autônomo, autarquias ou fundações públicas municipais a que for vinculado por essas mesmas contribuições e penalidades.

Art. 66. Mediante acordo celebrado com o Município contendo cláusula em que seja autorizado, quando houver inadimplência deste por prazo superior a 30 (trinta) dias, será efetuada a retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e repassado ao Biritiba Prev o valor correspondente às contribuições sociais e seus devidos acréscimos legais.

Art. 67. As contribuições pagas em atraso ficam sujeitas à atualização pelo índice de correção dos tributos municipais, além da cobrança de juros de mora de 1% (um por cento) por mês de atraso ou fração e multa de 2% (dois por cento), todos de caráter irrelevável, sem prejuízo da responsabilização e das demais penalidades previstas nesta Lei e legislação aplicável.

TITULO III

DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

DO MUNICÍPIO DE BIRITIBA MIRIM – BIRITIBA PREV

CAPÍTULO I

Da Criação, Natureza Jurídica, Sede e Foro

Art. 68. Fica reestruturado nos termos desta Lei, O Fundo de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim instituído pela Lei



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

Municipal nº 1.063/2002, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob nº 06.072.304/0001-40 passando a ser transformado de fundo para instituto ora denominado Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev autarquia com personalidade jurídica de direito público, integrante da administração indireta do Município, com autonomia administrativa e financeira, nos termos desta Lei.

Art. 69. O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev, tem sede e foro na cidade de Biritiba Mirim.

Art. 70. O Biritiba Prev é o órgão responsável pela administração do Regime de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim com base nas normas gerais de contabilidade e atuária de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, bem como gerir os seus recursos financeiros.

Art. 71. O prazo de sua duração é indeterminado.

Art. 72. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil e, ao seu término, será levantado balanço do Instituto.

Art. 73. Compete ao Biritiba Prev contratar instituição financeira oficial para a gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas, das exigibilidades relativas aos programas previdencial e de investimento, dos fundos dos referidos programas, custódia dos títulos e valores mobiliários, bem como da gestão previdenciária relativamente à concessão, manutenção e cancelamento dos benefícios de aposentadoria e pensão, atualização e administração do cadastro social e financeiro dos servidores, além de gerir a folha de pagamento dos beneficiários de que trata esta Lei, desde que previamente autorizado pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO II

Da Administração

Art. 74 – Fica Criado o cargo de Diretor Superintendente de provimento em Comissão e de livre nomeação do Prefeito Municipal, para o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev, com vencimentos **fixados de acordo com o nível CCI, da Tabela de Vencimentos do Quadro de Pessoal da Prefeitura, cuja despesa mensal será suportada pelo Instituto de Previdência.**

Art. 75 – O Diretor Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev será nomeado pelo Prefeito Municipal, **devendo a escolha recair em um dos nomes indicados pelo Conselho Municipal de Previdência em lista TRIPLICE, dentre os membros com mais de 10 (dez) anos de efetivo exercício, em cargo de provimento efetivo, ativos e inativos, todos de idoneidade ilibada e que se encontrem em pleno gozo de seus direitos políticos.**



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 76 - O mandato do Diretor Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev é de 2 (dois) anos, iniciando-se no dia 01 de janeiro, permitida a reeleição.

§ 1º - No caso de afastamento, impedimento ou ausência do Diretor Superintendente, pelo período de até 30 (trinta) dias, o Presidente do Conselho Municipal de Previdência responderá pela direção do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev. Se o afastamento, impedimento ou ausência se der por período superior a 30 (trinta) dias, exceto no caso de gozo de férias regulamentares, o Conselho Municipal de Previdência reconhecerá esse estado e declarará vago o cargo.

§ 2º - Declarada a vacância do cargo de Diretor Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev, o Presidente do Conselho Municipal de Previdência assumirá imediatamente a direção do Instituto e, no prazo de 10 (dez) dias apresentará ao Prefeito Municipal nova lista tríplice elaborada por esse Conselho, o qual terá o prazo de 3 (três) dias para nomear o novo Diretor Superintendente.

§ 3º - Qualquer que seja a razão do exercício do cargo de Diretor Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev, fica assegurado ao servidor municipal, o direito aos vencimentos do cargo de Diretor Superintendente, afastando-se do cargo efetivo sem remuneração e sem prejuízo das demais vantagens.

§ 4º - Compete ao Diretor Superintendente Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev :

a) A convocação de eleição para o Conselho Municipal de Previdência, inclusive para o preenchimento de vagas de Conselheiros, na forma e prazo previstos nesta Lei;

b) Solicitar a convocação do Conselho Municipal de Previdência, extraordinariamente;

c) A prestação de contas da administração;

d) A representação do Instituto em suas relações com terceiros, em juízo e fora dele;

e) A nomeação, contratação, e demissão de funcionários do Instituto, nos termos das disposições legais aplicáveis à matéria, sempre com a anuência do Conselho Municipal de Previdência;

f) A realização de operações de crédito, por antecipação das receitas correntes, até o limite máximo de 15% (quinze por cento) do seu total;



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

- g) A abertura de créditos suplementares no mesmo percentual utilizado pela Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim, sobre as despesas correntes e de capitais;
- h) A homologação de justificação administrativa.
- i) Contratar mediante processo de licitação para informatização, assessoria contábil, cálculo atuarial, assessoria jurídica.
- j) movimentar em conjunto as ordens de crédito e débito e contas correntes bancárias

§ 5º - O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev. para a execução de seus serviços administrativos, poderá ter pessoal requisitado da Municipalidade, dentre os seus servidores, os quais serão colocados à sua disposição com todos os seus direitos e vantagens assegurados, garantias e deveres previsto no Estatuto dos Servidores Municipais e com prejuízo de seus vencimentos, recebendo a remuneração correspondente do Instituto.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA “CMP”

Art. 77 - O Conselho Municipal de Previdência será constituído de 9(nove) membros efetivos, sendo 8 (oito) representantes da Prefeitura Municipal e 1 (um) representante da Câmara Municipal, escolhidos por eleição entre os Servidores efetivos, ativos e inativos, respectivamente, da Prefeitura Municipal e Autarquias, e da Câmara Municipal, com no mínimo 3 (três) anos de contribuição ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev.

§ 1º - Os membros do Conselho Municipal de Previdência escolherão entre si o seu Presidente e o Secretário.

§ 2º Compete ao Presidente do Conselho Municipal de Previdência e conjunto com o Diretor Superintendente movimentar as ordens de crédito e débito e contas correntes bancárias.

§ 3º - O mandato do Presidente e do Secretário do Conselho Municipal de Previdência é de 02 (dois) anos, permitida sua reeleição.

§ 4º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Previdência é de 2 (dois) anos, permitida sua reeleição.

§ 5º - Não poderá ser candidato o Servidor que não estiver contribuindo para com o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev

§ 6º - Ao Conselho Municipal de Previdência compete:

- a) Aprovar a Proposta Orçamentária anual bem como suas respectivas alterações, elaboradas pelo Diretor Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev,



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

b) Aprovar a contratação de instituição financeira especializada oficial que se encarregará da administração da Carteira de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev, por proposta do Diretor Superintendente;

c) Aprovação da abertura de licitação para a contratação de consultoria externa técnica especializada para desenvolvimento dos serviços técnicos necessários ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev.

d) Funcionar como órgão de assessoramento e consultivo do Diretor Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev, nas questões por ele suscitadas.

e) Aprovar a contratação de terceiros e a celebração de Convênios para prestação de serviços assistenciais, quando integrados ao elenco de atividade a serem desenvolvidas pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev.

f) Declarar a perda da qualidade de beneficiário.

g) Zelar pela verificação e acompanhamento dos casos de invalidez e outros auxílios;

h) Elaborar e votar o Regimento Interno do Conselho;

i) Propor ao Poder Executivo Municipal a instituição ou exclusão de benefícios;

j) Aprovar as contas do Instituto;

k) Promover e ou aprovar a avaliação técnica e atuarial do Instituto;

l) Fiscalizar os atos de gerenciamento do Diretor Superintendente;

m) Propor ao Prefeito Municipal a exoneração do Diretor Superintendente, quando este deixar de cumprir suas obrigações ou agir em desacordo com a Lei.

n) Indicar à nomeação pelo Prefeito, através de lista triplíce, os nomes dos segurados habilitados para exercer o cargo de Diretor Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev

o) Declarar a vacância do cargo de Diretor Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev

§ 7º - O quorum para realizar-se reunião do Conselho é de maioria simples de seus membros e as decisões, nos termos deste Artigo, deverão ser aprovadas pela maioria simples dos membros presentes.

§ 8º - Os prazos, para interposição de recursos, improrrogáveis e contados da publicação de ato ou da decisão recorrida, ou da ciência do interessado, se ocorrida antes e para a prolação das decisões, serão de 15 (quinze) dias.

§ 9º - A interposição de recursos ao Conselho Municipal de Previdência deverá ser feita perante o Diretor Superintendente do Instituto que, devidamente instruído, o encaminhará àquele órgão, no prazo de 3 (três) dias ou na reunião subsequente.



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 10 - Recebido o recurso, o Presidente do Conselho Municipal de Previdência, no prazo de 3 (três) dias, designará um conselheiro para relatar a matéria no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 11 - Não serão remunerados os membros integrantes do Conselho Municipal de Previdência fazendo jus apenas a uma ajuda custo para reembolso de despesas de participação nas reuniões, no valor de 10% (dez por cento) do menor vencimento da Tabela de Vencimentos do Quadro de Pessoal da Prefeitura do Município de Biritiba Mirim, por reunião, ordinária ou extraordinária, pago ao final de cada mês pelo Instituto.

§ 12 - As reuniões realizar-se-ão 1 (uma) vez por mês ordinariamente e extraordinariamente, sempre e mediante convocação prévia pelo Diretor Superintendente ou pelo Presidente do Conselho Municipal de Previdência.

§ 13 - Perderá o mandato de Conselheiro, aquele que faltar 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) reuniões alternadas, ordinárias ou extraordinárias, no período de 1 (um) ano, assumindo, neste caso, um novo Conselheiro da lista de suplentes que será convocado pelo Presidente do Conselho Municipal de Previdência.

§ 14 - Não serão computadas as faltas do Conselheiro, para fins de perda do mandato, quando as mesmas forem justificadas por atestado médico.

§ 15 - O membro do Conselho Municipal de Previdência que durante o mandato, for nomeado para ocupar cargo em comissão em órgãos público, será licenciado, automaticamente, enquanto durar a nomeação, sendo substituído pelo suplente.

§ 16 - Assiste a todos os membros do Conselho, individualmente, o direito de exercer a fiscalização dos serviços do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev, não lhes sendo permitido envolver-se na direção e administração dos mesmos.

§ 17 - Será permitido o afastamento de membro do Conselho a pedido por período máximo de 30 (trinta) dias sem que seja convocado um novo Conselheiro, exceto por falta de quorum.

§ 18 - A ausência de membro do Conselho em qualquer reunião previamente convocada deverá ser justificada até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da reunião, através de requerimento e documento probatório protocolado no Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev.

§ 19 - No afastamento do Presidente do Conselho Municipal de Previdência responderá pelo expediente o Conselheiro de maior idade.



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

CAPITULO IV DA ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS

Art. 78 - Poderá concorrer à vaga de Conselheiro Municipal de Previdência do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev o servidor ativo e inativo que:

- a) For segurado obrigatório e contribuinte do Instituto;
- b) Estiver inscrito no Instituto no mínimo há 3 (três) anos, devendo ser funcionário efetivo da Prefeitura do Município de Biritiba Mirim, Autarquias Municipais ou Câmara Municipal de Biritiba Mirim;
- c) Preencher requerimento dirigido ao Diretor Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev, contendo sua qualificação;
- d) Possuir escolaridade no ensino fundamental completo, nos próximos 10 (dez) anos e a partir do 10º ano escolaridade mínima de ensino médio completo.

§ 1º - Não poderá ser candidato o segurado que estiver em disponibilidade, nem o que estiver em atraso com as suas contribuições ao Instituto.

Art. 79 - O Diretor Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev, ao convocar eleições, designará local, dia e hora, bem como determinará os prazos e demais instruções necessárias à realização do pleito, através de publicação em jornal local por três dias consecutivos, além da afixação no quadro de aviso localizado no átrio da Prefeitura do Município e da Câmara do Município.

§ 1º - Na convocação da eleição o Diretor Superintendente deverá fazer constar às atribuições dos Conselheiros, bem como os requisitos necessários, para que os eleitores e os candidatos fiquem cientes das atribuições atinentes à função.

§ 2º - As eleições do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev realizar-se-ão sempre no mês de dezembro dos anos ímpares, e a posse do Conselho se dará até 5º (quinto) dia do mês de janeiro dos anos pares subsequente o da eleição.

Art. 80 - São eleitores todos os contribuintes do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev.

Art. 81 - A condução do pleito eleitoral caberá ao Diretor Superintendente que poderá fazer-se representar, durante pleito, por pessoa ou pessoas sem interesse direto no resultado da eleição, indicadas pelo Conselho Municipal de Previdência.

Art. 82 - O voto será dado através de cédula única, contendo a relação de todos os candidatos por ordem alfabética, devendo os eleitores assinalar somente um nome.



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 83 - A assinalação de mais de um nome ou de qualquer caractere que possa identificar o eleitor implicará na anulação do voto.

Art. 84 - Os nove candidatos mais votados, respeitada a proporcionalidade estabelecida no “caput” do art. 77, serão nomeados membros do Conselho ao qual concorreram e os demais permanecerão na Suplência.

§ 1º - O critério de desempate para a nomeação dos conselheiros ou convocação de suplentes será o de maior tempo de contribuição para o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev

§ 2º - Não havendo candidato para compor o Conselho Municipal de Previdência após a segunda convocação, a escolha dos membros ficará a cargo do Diretor Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev. com anuência do Poder Executivo.

I - A segunda convocação será feita formalmente pelo Diretor Superintendente após dez dias da data da eleição conforme previsão do artigo 79.

CAPÍTULO V

SEÇÃO I

Do Patrimônio e das Receitas

Art. 85. O patrimônio do BIRITIBA PREV é autônomo, livre e desvinculado de qualquer fundo do Município e será constituído de recursos arrecadados na forma do art. 89 e direcionado exclusivamente para pagamento de benefícios previdenciários aos beneficiários mencionados no art. 4º.

Parágrafo único. O patrimônio do BIRITIBA PREV será formado de:

I - bens móveis e imóveis, valores e rendas;

II - os bens e direitos que, a qualquer título, lhe sejam adjudicados e transferidos;

III - que vierem a ser constituído na forma legal.

Art. 86. A inobservância do disposto neste Capítulo constituirá falta grave, sujeitando os responsáveis às sanções administrativas e judiciais cabíveis previstas em lei federal.

Art. 87. Fica o Poder Executivo autorizado a doar ou destinar, pelas modalidades previstas em lei, bens móveis ou imóveis ao BIRITIBA PREV.



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO II **Origens dos Recursos**

Art. 88. Os recursos do BIRITIBA PREV originam-se das seguintes fontes de custeio:

I - contribuições sociais do Município de Biritiba Mirim, bem como por seus Poderes, suas autarquias e por suas fundações públicas empregadoras;

II - contribuições sociais dos segurados;

III - rendimentos das aplicações financeiras e de demais investimentos realizados com as receitas previstas neste artigo;

IV - aluguéis e outros rendimentos não financeiros do seu patrimônio;

V - bens, direitos e ativos transferidos pelo Município ou por terceiros;

VI - outros bens não financeiros cuja propriedade lhe for transferida pelo Município ou por terceiros;

VII - recursos provenientes de convênios, contratos, acordos ou ajustes de prestação de serviços ao Município ou a outrem;

VIII - verbas oriundas da compensação financeira para os benefícios de aposentadoria e pensão entre os regimes previdenciários na forma da legislação específica;

IX - dotações orçamentárias;

X - transferências de recursos e subvenções consignadas no orçamento do Município;

XI - doações, legados, auxílios, subvenções e outras rendas extraordinárias ou eventuais;

XII - outras rendas, extraordinárias ou eventuais.

Parágrafo único. As contribuições e quaisquer outras importâncias devidas ao BIRITIBA PREV por seus segurados serão arrecadadas, mediante desconto em folha, pelos órgãos responsáveis pelo pagamento de pessoal, e por estes recolhidas ao Instituto.



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 89. Sem prejuízo de sua contribuição estabelecida nesta Lei e das transferências vinculadas ao pagamento das aposentadorias e das pensões, o Município poderá propor, quando necessário, a abertura de créditos adicionais visando assegurar ao BIRITIBA PREV alocação de recursos orçamentários destinados à cobertura de eventuais insuficiências financeiras reveladas pelo plano de custeio.

Art. 90. Sem prejuízo de deliberação do Conselho de Administração, e em conformidade com a Lei nº 4.320, de 1964 e alterações subseqüentes, o BIRITIBA PREV poderá aceitar bens imóveis e outros ativos para compor seu patrimônio, desde que precedido de avaliação a cargo de empresa especializada e legalmente habilitada.

Parágrafo único. Verificada a viabilidade econômico-financeira aferida no laudo de avaliação, o Conselho de Administração terá prazo de sessenta dias para deliberar sobre a aceitação dos bens oferecidos.

Art. 91. Observadas as normas gerais da Lei de Licitações, a alienação de bens imóveis, com ou sem benfeitoria, integralizados ao patrimônio do BIRITIBA PREV, deverá ser precedida de previa avaliação e de autorização do Conselho Municipal de Previdência, bem como, autorização legislativa.

SEÇÃO III

Da Taxa de Administração

Art. 92. A taxa de administração para custeio do regime próprio de previdência, incidente sobre as contribuições pessoais e patronais, não poderá exceder a 2% (dois por cento) do valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao regime próprio de previdência social, relativamente ao exercício financeiro anterior.

Parágrafo Único - Na hipótese de em um determinado mês, o valor das despesas administrativas, ultrapassarem o percentual fixado no caput deste parágrafo anterior, o mesmo deverá ser compensado financeiramente com os saldos remanescentes e aqueles verificados nos meses seguintes, não podendo tal compensação ser estendida para o exercício fiscal do ano seguinte.

CAPITULO VI

Dos Registros Financeiro e Contábil

Art. 93. RPPS observará as normas de contabilidade fixadas pelo órgão competente da União.

Parágrafo único. A escrituração contábil do RPPS será distinta da mantida pelo tesouro municipal.



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 94. Município encaminhará ao Ministério da Previdência Social, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre do ano civil, nos termos da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e seu regulamento, os seguintes documentos:

I - Demonstrativo das Receitas e Despesas do RPPS;

II – Comprovante mensal do repasse ao RPPS das contribuições a seu cargo e dos valores retidos dos segurados, correspondentes às alíquotas fixadas nos art. 14 e 15; e

III – Demonstrativo Financeiro relativo às aplicações do RPPS.

Art. 95. Será mantido registro individualizado dos segurados do regime próprio que conterà as seguintes informações:

I – nome e demais dados pessoais, inclusive dos dependentes;

II – matrícula e outros dados funcionais;

III - remuneração de contribuição, mês a mês;

IV - valores mensais e acumulados da contribuição; e

V - valores mensais e acumulados da contribuição do ente federativo.

§ 1º Ao segurado serão disponibilizadas as informações constantes de seu registro individualizado, mediante extrato anual, relativas ao exercício financeiro anterior.

§ 2º Os valores constantes do registro cadastral individualizado serão consolidados para fins contábeis.

CAPITULO VII **Das Disposições Finais**

Art. 96. Na hipótese de extinção do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim, o Tesouro Municipal assumirá integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários a sua concessão foram implementados anteriormente à extinção desse regime.

Art. 97. O Poder Executivo e Legislativo, suas autarquias e fundações encaminharão mensalmente ao órgão gestor do BIRITIBA PREV relação nominal dos segurados e seus dependentes, com os respectivos subsídios, remunerações e valores de contribuição.



Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 1º - O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev. fará realizar anualmente nos meses de janeiro, com a colaboração dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como suas autarquias e fundações, censo para atualização dos dados cadastrais dos servidores ativos e inativos, visando preservar integralmente direitos e obrigações dos contribuintes e de seus dependentes.

§ 2º - Fica autorizado o Instituto promover o cadastramento de profissionais da medicina para a realização de Perícias Médicas necessários para fins de aposentadoria por doença e ou por acidente do trabalho e readaptações.

§ 3º - Os valores a serem desembolsados pelo Instituto para a realização de perícia médica aos seus segurados deverão corresponder aos valores previstos na tabela da Associação Médica Brasileira. “AMB”.

Art. 98. Ao segurado que tiver sua inscrição cancelada conforme disposto no art. 9º, será fornecido, pelo Instituto, Certidão de Tempo de Contribuição na forma da legislação vigente.

Art. 99 – São extensivos ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Biritiba Mirim, Biritiba Prev., os privilégios da Fazenda Municipal, quanto ao Direito de Desapropriação, imunidades fiscais e ao isso de ações especiais, prazo e regimes de custas e emolumentos.

Art. 100 – Os casos omissos e os conflitos de natureza previdenciária nesta Lei deverão ser subsidiariamente, aplicadas as disposições da Legislação Federal e as Normas Técnicas que dispõe sobre Previdência Social.

Art. 101 – Até que se realizem eleições para a composição do Conselho Municipal de Previdência o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Biritiba Mirim – Biritiba Prev. será administrado em conformidade com a organização existente

Art. 102 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias em especial as Leis 850/1996, 1063/2002.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BIRITIBA MIRIM, em 22 de dezembro de 2.004.

ROBERTO PEREIRA DA SILVA

Prefeito

Registrada e publicada no Quadro de Ediais da Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

LUIZ ANTONIO DA CUNHA
Procurador Geral do Município